

35° ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

GT08 – EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

ANÁLISE DO PROEJA COMO POLÍTICA PÚBLICA

DANIELA AUGUSTA GUIMARÃES DIAS

ANÁLISE DO PROEJA COMO POLÍTICA PÚBLICA

Daniela Augusta Guimarães Dias¹

Resumo

Este estudo objetiva analisar as mudanças ocorridas na educação de jovens e adultos (EJA), a partir de metas propostas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) e dos atuais indicadores de educação no Brasil. Para essa análise, num primeiro momento se apresenta um relato sobre o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Num segundo, aborda-se como esse tema entrou para a agenda política, como foi implementado e se esboça como está o acesso e permanência dos alunos na EJA através de dados estatísticos, tendo como enfoque a permanência dos alunos no programa. Em seguida são levantadas algumas hipóteses que podem ser investigadas tentando responder ao grande problema da EJA que é a evasão escolar. Nas considerações finais, serão apresentadas as reflexões sobre a importância do PROEJA como política pública.

Palavras-chave: IFSULDEMINAS, PROEJA, permanência.

Abstract

This study aims to analyze the changes in youth and adult education (EJA), from the targets proposed by the National Education Plan (PNE) and the current education indicators in Brazil. For this analysis, at first presents a report on the National Programme for Integration of Professional Education with Basic Education in the Mode of Education, Youth and Adult (PROEJA). In a second, it approaches this subject as he entered the political agenda, as has been implemented and is outlined as is the access and retention of students in adult education through statistical data, focusing on the persistence of students in the program. Then some hypotheses that are raised can be investigated trying to answer the big problem is that the adult education school dropout. In the final considerations will be presented reflections on the importance of PROEJA as public policy.

Keywords: IFSULDEMINAS, PROEJA, permanence.

¹ Mestranda em Política Social pela Universidade Federal Fluminense

Introdução

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) foi instituído em 2005, seu primeiro Decreto foi o nº 5.478, de 24 de junho de 2005, em seguida substituído pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, que introduz novas diretrizes que ampliam a abrangência do primeiro com a inclusão da oferta de cursos PROEJA para o público do ensino fundamental da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O PROEJA tem como perspectiva a proposta de integração da educação profissional à educação básica buscando a formação para a vida e para o mundo do trabalho, através de uma política pública de educação em um projeto nacional de desenvolvimento soberano, frente aos desafios de inclusão social e da globalização econômica. Isto impõe a construção de respostas para diversos desafios, tais como, o da formação do profissional, da organização curricular integrada, da utilização de metodologias e mecanismos de assistência que favoreçam a permanência e a aprendizagem dos estudantes, da falta de infra-estrutura para oferta dos cursos dentre outros.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil como modalidade é caracterizada por políticas públicas insuficientes de dar conta da demanda e garantir o direito estabelecido na constituição de 1988 no seu art. 208 “educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;” (Documento Base – Proeja 2007).

As Diretrizes Curriculares Nacionais abrangem os processos formativos da Educação de Jovens e Adultos como uma das modalidades da Educação Básica nas etapas do ensino fundamental e médio. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) em relação à Educação de Jovens e Adultos, no artigo 37 estabelece: “oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.” No que diz respeito à educação profissional, a LDBEN esclarece no artigo 39: “A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.” Isto significa que não se pode tratar a formação como algo exclusivamente do mundo do

trabalho ou do mundo da educação. Trata-se de percebê-la como um ponto de intersecção, para o qual devem confluir diversas abordagens e contribuições.

Ao buscar a origem e os pressupostos dos novos programas para EJA desenvolvidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), entre os quais se destaca o eleito para análise no presente estudo, o PROEJA, verifica-se que as ações do governo em relação à EJA foram de políticas assistencialistas, populistas e compensatórias. Mesmo reconhecendo a disposição do governo em estabelecer uma política ampla para EJA, especialistas apontam a desarticulação entre as ações de alfabetização e de EJA, questionando o tempo destinado à alfabetização e à questão da formação do educador. A prioridade concedida ao programa recoloca a educação de jovens e adultos no debate da agenda das políticas públicas, reafirmando, portanto, o direito constitucional a educação básica, independente da idade. Todavia, o direito à educação não se reduz à alfabetização. A experiência acumulada pela história da EJA nos permite reafirmar que intervenções breves e pontuais não garantem um domínio suficiente da leitura e da escrita. Além da necessária continuidade no ensino básico, é preciso articular as políticas de EJA a outras políticas. Afinal, o mito de que a alfabetização por si só promove o desenvolvimento social e pessoal há muito foi desfeito. Isolado, o processo de alfabetização não gera emprego, renda e saúde. (Vieira, 2004, p. 85-86).

No Brasil há uma forte presença de jovens na EJA, em grande parte devido a não permanência e insucesso no ensino fundamental regular. Além disso, a sociedade brasileira não conseguiu reduzir as desigualdades socioeconômicas e isso fez com que esses jovens abandonassem a escola quando tinham idade apropriada e procurassem emprego mais cedo para ajudar na renda familiar. Assim esses jovens retornam mais tarde aos estudos via EJA tentando recuperar a escolaridade.

Proeja: Agenda e Implementação

A base legal do Programa é o Decreto no 5.840, de 13 de julho de 2006. Outros atos normativos que fundamentam o PROEJA são: a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto no 5.154, de 23 de julho de 2004, os Pareceres CNE/CEB nº 16/99, nº 11/2000 e nº 39/2004 e as Resoluções CNE/CEB nº 04/99 e nº 01/2005.

O programa teve início em algumas instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que a partir de experiências vivenciadas, indicavam a necessidade de ampliar a oferta do PROEJA tendo como objetivo a universalização da educação básica, aliada à formação para o mundo do trabalho, com acolhimento específico para jovens e adultos com trajetórias escolares descontínuas.

Mas o que se constata no Brasil é que tanto o acesso à educação, como a educação ofertada dependem da origem socioeconômica de cada indivíduo, e esses fatores influenciam significativamente essa população de jovens, que muitas vezes não conseguem progredir seqüencialmente e sem interrupção o seu ciclo educacional, por motivos que são em sua grande maioria classificados como problemas sociais, tais como: emprego, desemprego, ausência de renda mínima, gravidez, troca de domicílio, miséria, etc. (Santos, 2009, p. 2).

No Brasil, a população a que se destina a EJA é fruto do processo histórico de formação social do país, potencializado pelos diferentes modelos econômico adotado, em cada momento histórico. Os projetos destinados a diminuir o número de alunos que abandonam seus estudos são inúmeros em cada governo, que no contexto político significa dizer que o país historicamente não construiu um projeto de Estado que ao longo de qualquer governo específico superasse esse e outros problemas sociais.

A partir de 1989, o governo brasileiro começa a pensar na integração entre a Educação Profissional (EP) e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) visando à formação integral do homem, considerando como integral: o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura. E só após 10 anos da aprovação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, é que o governo propõe o denominado PROEJA que articulará de forma integrada ou concomitante duas modalidades de ensino: o Ensino Médio e o Técnico. A forma integrada é aquela em que o estudante tem matrícula única e o curso possui currículo único, ou seja, a formação profissional e a formação geral são unificadas. Na forma concomitante, o curso é oferecido na mesma instituição em horários separados ou instituições distintas, isto é, em uma escola o estudante terá aulas dos componentes da Educação Profissional e em outra do Ensino Médio.

Assim, as instituições da rede federal de educação técnica e tecnológica, que atualmente atendem pela nomenclatura de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, passam a partir de 2006 a ter a responsabilidade de implementação do PROEJA, destinando a jovens e adultos acima de 18 anos e que tenham cursado apenas o

ensino fundamental o correspondente de 10% das vagas oferecidas em 2005 para o ensino médio integrado à educação profissional.

Em conformidade com o Decreto nº 5.840/2006, poderão também adotar cursos, no âmbito do PROEJA, instituições públicas dos sistemas de ensino federal, estaduais e municipais, entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades vinculadas ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Social do Transporte (SEST), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC), hoje os Institutos Federais de 20 estados oferecem o ensino médio integrado, são 20 mil matrículas na modalidade. E para se ter uma noção mais precisa dos sujeitos que se pretende beneficiar com a implementação dessa política pública educacional, serão explicitados alguns dados estatísticos da educação nacional, principalmente acerca dos jovens e adultos, os números apresentados dizem respeito à educação profissional técnica e ao ensino médio. (MEC)

Analisando o acesso e a permanência dos alunos na EJA

Quando as políticas públicas voltam-se para o que tem sido chamado de universalização do atendimento a educação básica, passando a atender também as classes populares, torna-se evidente que o não acesso e a evasão escolar são frutos dos modelos econômicos e culturais reproduzidos nas diversas classes sociais dos estudantes.

Segundo (Di Pierro, 2009) no período de 1996 a 2001, quando houve a construção do Plano Anual de Educação (PNE), a EJA não teve real importância na agenda de políticas educacionais, pois quando se acredita na existência de uma política levada à prática, há um consenso de direito, nesse caso direito humano a educação, e em qualquer idade. Mas o que se constatou foi a secundarização da EJA frente a outras modalidades de ensino.

Na segunda metade da década de 1990, com a Conferência Mundial de Jontiem², a Década da Educação para Todos, foi proposto não só assegurar que todas as crianças e adolescentes tivessem acesso de ensino de qualidade, com equidade de gênero, mas também a reduzir pela metade os índices de analfabetismo e proporcionar aos jovens e adultos as oportunidades para satisfação de suas múltiplas necessidades de aprendizagem. E nesta década a formulação e a implementação das políticas educacionais no Brasil mostravam-se bastante problemática para a EJA considerando a atuação do governo federal.

No governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) houve uma redefinição dos papéis do Estado e de contenção de gastos federais, a política educacional do governo induziu à municipalização e focalizou o investimento público no ensino fundamental de crianças e adolescentes, mediante a criação, em 1996, de fundos de financiamento em cada uma das unidades da Federação. Por força de veto presidencial à lei que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)³ as matrículas na EJA não puderam ser consideradas, o que restringiu as fontes de financiamento e desestimulou os gestores a ampliarem as matrículas na modalidade.

Em 1998 chegaram ao Congresso duas propostas do PNE, ambos os documentos limitavam-se a desenhar estratégias de elevação das taxas de alfabetização e níveis de escolaridade da população, ocupando-se da reposição de estudos não realizados na infância ou adolescência, o que os situa nos marcos da concepção compensatória da EJA.

A Lei n. 10.172/2001⁴ foi aprovada pelo Congresso como capítulo dedicado a EJA no PNE e produziu um diagnóstico que reconheceu a extensão do analfabetismo absoluto e funcional e sua desigual distribuição entre as zonas rural e urbana, as regiões brasileiras, os grupos de idade, sexo e etnia.

² Conferência Mundial de Educação para Todos (Jontiem, Tailândia: março de 1990). Como os objetivos da iniciativa não foram alcançados na década de 1990, os compromissos foram renovados no Fórum Mundial de Dacar, em 2000, e as metas postergadas para 2015.

³ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Antes uma parcela das receitas públicas eram destinadas à educação como um todo. A proposta desse fundo era definir uma parcela que atendesse especificamente ao ensino fundamental (1ª a 8ª série), através de uma redistribuição dos recursos provenientes de impostos aplicados pelos municípios e Estados. Apesar dos resultados positivos em muitos Estados, surgiu a proposta de sua substituição pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), que não investiria apenas na educação fundamental, mas no ensino médio também.

⁴ Lei n° 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

Nas diretrizes, o PNE aderiu à concepção de educação continuada ao longo da vida, mas priorizou a atenção ao direito público subjetivo dos jovens e adultos ao ensino fundamental público e gratuito. O capítulo sobre EJA enunciou 26 metas, dentre as quais se destacavam cinco objetivos: 1) alfabetizar, em cinco anos, dez milhões de pessoas, de modo a erradicar o analfabetismo em uma década; 2) assegurar, em cinco anos, a oferta do primeiro ciclo do ensino fundamental a metade da população jovem e adulta que não tenha atingido esse nível de escolaridade; 3) oferecer, até o final da década, cursos do segundo ciclo do ensino fundamental para toda a população de 15 anos ou mais que concluiu as séries iniciais; 4) dobrar, em cinco anos, e quadruplicar, em dez anos, a capacidade de atendimento nos cursos de EJA de nível médio; 5) implantar ensino básico e profissionalizante em todas as unidades prisionais e estabelecimentos que atendem a adolescentes infratores. (Di Pierro, 2010, p. 944).

Para atingir essas metas, previa-se a cooperação entre as três esferas do governo e a sociedade civil organizada com incremento de recursos financeiros, embora fosse necessária a especialização do corpo docente, o programa previu apenas que os estados mantivessem programas de formação de educadores para atuar na alfabetização e séries iniciais da EJA. Com isso mais uma vez perdeu-se a oportunidade de convocar outras instituições para trabalhar na formação de docentes para atuar na EJA do ensino médio e da educação profissional. O PNE também não apresentou estratégias para reverter às desigualdades observadas entre os grupos étnico-raciais e as populações rurais.

Como a Lei n. 10.172/2001 foi aprovada em 2001, no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva também houve monitoramento das metas do PNE, já que seus dois mandatos transcorreram em oito dos dez anos de vigência da lei. A diferença nesse período foi positiva, pois houve uma mudança da posição relativa da EJA na política educacional, atribuindo-se maior importância a esse campo, tanto no discurso quanto no organograma do governo e em suas ações. Embora a EJA continue a ocupar lugar secundário na agenda da política educacional do governo, houve um incremento na colaboração da União com os estados e municípios, por meio da institucionalização da modalidade no sistema de ensino básico, com sua inclusão nos mecanismos de financiamento e nos programas de assistência aos estudantes (alimentação, transporte escolar e livro didático). Outra mudança desse período foi a criação de iniciativas de EJA, entre as quais: o Programa Brasil Alfabetizado, coordenado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (MEC); o

Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, gerido pela Secretaria Nacional de Juventude; o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), mantido pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC; o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário; e o Exame Nacional de Certificação de Competências, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).

Com essas mudanças, é provável que a EJA ocupe um lugar mais relevante na agenda de políticas educacionais nos próximos anos. Mas observando os indicadores educacionais, percebemos que mesmo com todas essas iniciativas no campo da EJA, os problemas não foram revertidos, de modo que as metas propostas pelo PNE não se tornaram concretas.

De acordo com as estatísticas populacionais, houve um crescimento no número de pessoas que participam da EJA, mas as taxas de analfabetismo se mantiveram. (Tabela 1).

Tabela 1

Brasil: Analfabetismo e escolaridade da população com 15 anos ou mais (2001-2008)

Indicador/Ano	2001	2005	2006	2007	2008
Taxa de analfabetismo	12,4%	11,1%	10,4%	10,1%	10,0%
Número de analfabetos	15.072.313	14.979.160	14.391.064	14.135.122	14.247.495
Inscritos em programas de alfabetização	930 mil	1,8 milhão	1,6 milhão	1,3 milhão	1,4 milhão
Média de anos de estudos	6,4	7	7,2	7,3	7,4

Fontes: IBGE. Observatório da Equidade: <<http://www.ibge.gov.br/observatoriadaequidade>>; PNAD/IBGE, citado em Relatório de Gestão da DEJA/SECAD/MEC (2009).

Esses resultados são atribuídos a problemas de focalização do programa, que inscreveria, em grande medida, pessoas já alfabetizadas e não o público alvo prioritário constituído por analfabetos absolutos; escassos resultados de aprendizagem, devidos à duração insuficiente dos cursos, à frequência intermitente e evasão dos estudantes, à seleção inadequada e precária formação dos alfabetizadores, entre outros aspectos relativos à qualidade dos cursos.

Como o foco desse estudo, é a análise do acesso e da permanência dos alunos de EJA no ensino médio e na educação profissional, vejamos agora uma tabela que compara o acesso no ensino fundamental e ensino médio, percebemos que uma das metas do PNE que propõe aumentar a capacidade de atendimento em cursos de EJA de ensino médio está longe de ser cumprida. (Tabela 2).

Tabela 2
Brasil: Evolução das matrículas em EJA por etapa (2001-2009)

Ano	Ensino Fundamental	Ensino Médio
2001	2.636.888	987.376
2002	2.788.113	874.001
2003	3.315.887	980.743
2004	3.419.675	1.157.593
2005	3.395.550	1.223.859
2006	3.516.225	1.345.165
2007	3.084.718	1.278.690
2008	3.001.834	1.276.241
2009	2.810.738	1.239.804

Fonte: Censo Escolar MEC/INEP (2009).

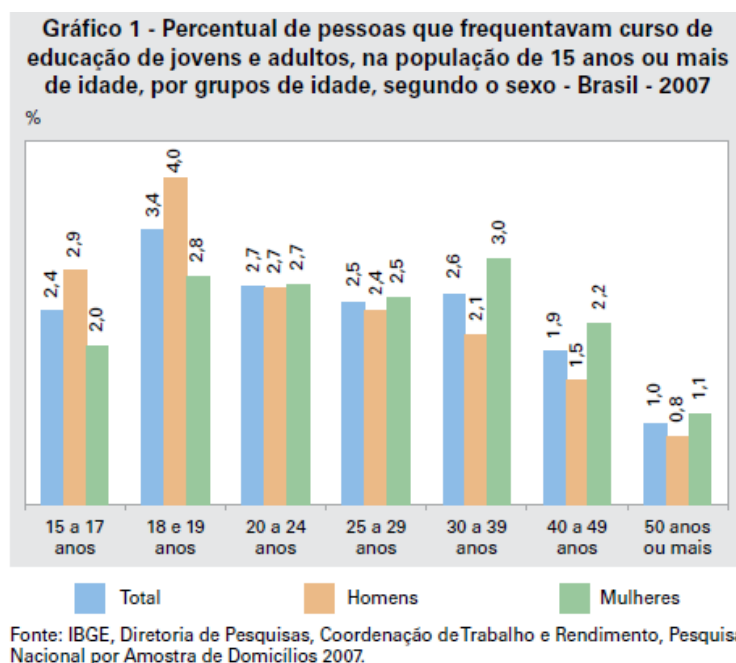
Percebe-se um aumento mais intenso de alunos no ensino médio até o ano de 2006, período em que os estados passavam por escassez de recursos e optaram por oferecer essa modalidade acelerada e de menor custo. Nos próximos anos a matrícula declina, pois é mais interessante para os estados manter seus alunos no ensino médio regular, pois passam receber recursos dos fundos, que são melhores do que os que financiam a EJA.

Através desses dados expostos na avaliação de Di Pierro percebemos que o PNE não apresenta regras específicas para o Proeja, ou para o ensino médio integrado a educação profissional, e estes é um dos grandes desafios do PROEJA, ser incluído e reconhecido como uma meta para a educação.

Partindo agora para uma análise do relatório publicado pela PNAD 2007, que nos mostra que nos últimos anos, os indicadores de educação no Brasil apresentaram persistentes melhorias, através de dados que foram obtidos através de investigações sobre as características da educação de jovens e adultos e da educação profissional.

Observamos no gráfico abaixo, indicadores de pessoas com mais de quinze anos que frequentavam curso de EJA, por grupos de idade e segundo o sexo.

Gráfico 1

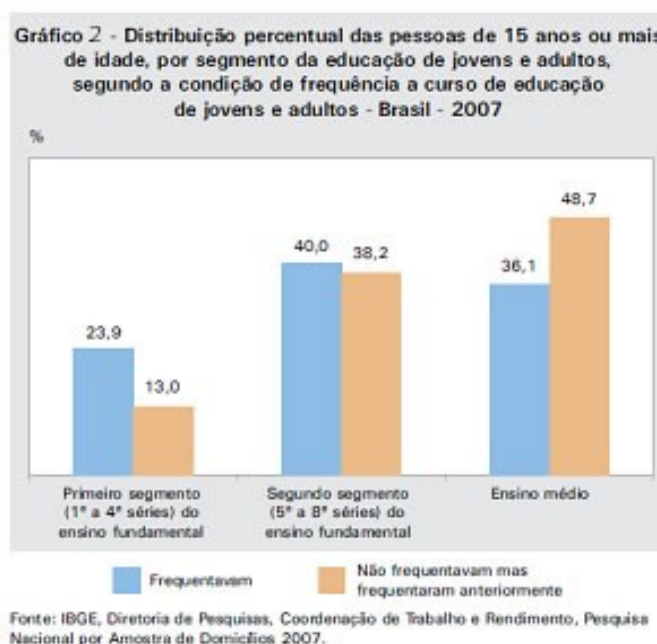


A participação das pessoas que frequentavam ou frequentaram anteriormente curso de educação de jovens e adultos foi crescente nos grupos de 18 a 39 anos de idade, declinando nos seguintes. Na análise por sexo, do total daqueles que frequentavam ou frequentaram anteriormente curso de educação de jovens e adultos, 53% eram mulheres e 47%, homens.

Dentre as pessoas que estavam frequentando curso de educação de jovens e adultos, na ocasião do levantamento, os homens do grupo etário de 18 a 19 anos de idade apresentou o maior percentual, 4,0%, enquanto entre as mulheres os percentuais variaram menos entre as faixas de idade que iniciavam em 18 anos e terminavam em 39 anos.

Os dados do gráfico abaixo apresentam percentuais da frequência ou não a segmentos da educação de jovens e adultos. Entre os que frequentavam, o maior percentual foi registrado no segundo segmento (5ª a 8ª séries) do ensino fundamental (40,0%) e o menor, no primeiro segmento (1ª a 4ª séries) do ensino fundamental (23,9%). Entre os que frequentaram anteriormente, o maior percentual foi no ensino médio (48,7%) e o menor, também, no primeiro segmento (1ª a 4ª séries) do ensino fundamental (13,0%). Somando todos que frequentavam e já frequentaram curso de educação de jovens e adultos, o maior número foi o do ensino médio. O que nos mostra que o acesso está sendo ampliado, e que é crescente o número de jovens na EJA.

Gráfico 2



De acordo com dados da pesquisa, das pessoas com 15 anos ou mais de idade que não frequentavam, mas frequentaram anteriormente curso de educação de jovens e adultos e concluíram segmento completo da educação de jovens e adultos, 4,3% concluíram o primeiro segmento do fundamental (1a a 4a séries); 15,1%, o segundo segmento (de 5ª a 8ª séries); 37,9%, o ensino médio; e 42,7% não concluíram nenhum segmento do curso de educação de jovens e adultos que frequentaram, o que constata novamente a não permanência destes alunos na EJA.

Dentre os motivos para a não conclusão do curso de educação de jovens e adultos apontados por aquelas pessoas que frequentaram anteriormente, os principais eram: o horário das aulas não era compatível com o horário de trabalho ou de procurar trabalho (27,9%); o horário das aulas não era compatível com o horário dos afazeres domésticos (13,6%); tinha dificuldade de acompanhar o curso (13,6%); não havia curso próximo à residência (5,5%); não havia curso próximo ao local de trabalho (1,1%); não teve interesse em fazer o curso (15,6%); não conseguiu vaga (0,7%); e outro motivo (22,0%).

Segundo dados da PNAD dentre os 3,8% da população que frequentava, na ocasião do levantamento, algum curso de educação profissional, 80,9% estavam no segmento da qualificação profissional e 17,6%, do curso técnico de nível médio. Dentre os 18,6% que frequentaram anteriormente, 81,1% frequentaram qualificação profissional e 18,4%, técnico de nível médio.

Sendo as instituições de ensino vinculadas ao Sistema “S” (SENAI, SENAC, SEBRAE etc.) responsáveis por atender a 20,6% (7,4 milhões) das pessoas que frequentavam ou frequentaram algum curso de educação profissional. Esse percentual foi inferior ao das instituições públicas de ensino, que atenderam a 22,4% (8,0 milhões) das pessoas, e ao das instituições particulares de ensino 53,1% (18,9 milhões), que alcançaram a maior parcela das pessoas.

Analisando a natureza da instituição por segmento da educação profissional, destacam-se, para o curso técnico de nível médio, as instituições de ensino público que apresentaram o percentual mais elevado de pessoas atendidas nesse segmento. Veja tabela abaixo.

Tabela 3

Tabela 3 - Distribuição percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade que frequentavam ou frequentaram anteriormente curso de educação profissional, por natureza da instituição de realização do curso, segundo segmento do curso de educação profissional - Brasil – 2007

Segmento do curso de educação profissional	Distribuição percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade que frequentavam ou frequentaram anteriormente curso de educação profissional (%)				
	Total	Natureza da instituição de realização do curso			
		Instituição de ensino vinculada ao Sistema "S"	Instituição de ensino público	Instituição de ensino particular	Outra
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Qualificação profissional	81,1	89,2	64,6	83,7	97,2
Técnico de nível médio	18,2	10,7	34,5	15,4	2,6
Graduação tecnológica	0,7	0,1	0,9	0,9	0,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

A pesquisa mostrou através de vários indicadores que o acesso a educação tanto no ensino médio como na educação profissional apresentou grandes avanços. O problema de acesso e da não permanência desses alunos teve como principal motivo a falta de interesse, e esse indicador é similar para todas as faixas de idade. Segundo dados da PNAD as pessoas com 50 anos ou mais de idade apresentam um percentual de 76,4% de desinteressados, 8,7% delas não frequentaram por falta de recursos financeiros, e 7,0%, por falta de escola. Entre os jovens de 15 a 17 anos de idade 13,1% das pessoas não frequentaram por falta de escola, 18,5% por falta de recursos financeiros, enquanto 61,9% por falta de interesse. Em geral, (a exceção foram os homens com 50 anos ou mais de idade, com 76,0%), a proporção de pessoas sem interesse em frequentar algum curso de educação profissional foi sempre menor para as mulheres.

Através de alguns indicadores publicados pela PNAD 2007 percebemos que realmente houve uma demanda e oferta maior para essa modalidade de ensino, e essa demanda continua sendo de jovens que tentam resgatar sua escolaridade para conseguir melhor colocação no mundo do trabalho. Percebemos também que os resultados

negativos, como o abandono das classes de EJA, não são inteiramente responsabilidade do governo, que atualmente está tentando reverter essa situação, pois a rede federal de ensino foi a responsável pelo atendimento do maior número de pessoas do ensino médio integrado a educação profissional.

Comparando os dados levantados por Di Pierro em 2009 e os dados publicados pela PNAD em 2007, concluímos que o acesso a EJA está sendo proporcionado, mas a EJA integrada a educação profissional precisa percorrer um longo caminho para ser reconhecida como direito, pois está claro que a educação é um direito de todos, mas ainda não foi garantida para todas as pessoas, principalmente quando se pensa em educação profissional.

A evasão na EJA no Brasil

A educação no Brasil ainda não é considerada satisfatória. Embora alguns diagnósticos apontem índices mais positivos, ainda há muito a ser feito. Segundo dados do IBGE 2004 os indicadores de que o sistema educacional brasileiro está melhorando são os seguintes: aumento da taxa de alfabetização, crescimento do índice de alunos que se matriculam nas escolas e faculdades, aumento do número de alunos que completam o curso nos níveis fundamental, médio e superior, criação de mais escolas de ensino fundamental, médio e superior, queda nos índices de evasão escolar e menos repetência⁵.

Ainda de acordo com dados do IBGE 2004 as taxas de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais decresceu ao longo das décadas: era de 33,6%, em 1970, e passou para 11,8% em 2002. Porém, as desigualdades continuam: enquanto nas áreas urbanas das Regiões Sudeste e Sul a taxa de analfabetismo é de 6,2% e 5,8%, respectivamente, no Nordeste rural a taxa é de 39,1%. O ensino fundamental, que compõe a base do sistema educativo, também está mudando. O número de matrículas passou de 28,1 milhões, em 1980, para 35,7 milhões em 1998, sofrendo uma pequena queda em 2003, quando atingiu 34,4 milhões. Resultado deste salto no ensino fundamental é o aumento da demanda nos níveis médio e superior. Ainda assim, o número de alunos que concluem o ensino fundamental continua sendo muito mais baixo do que o número de matrículas. Isto se deve principalmente à evasão escolar, ou seja, alunos que se matriculam e abandonam o

⁵ Fonte: www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/escola/dados.html

curso. De acordo com o IBGE, no final da década de 1990, apenas duas em cada cinco pessoas entre 15 e 18 anos tinham completado o ensino fundamental.

De acordo com dados levantados pela pesquisa “Motivos da Evasão Escolar⁶” patrocinada pela Fundação Educar DPaschoal, movimento Todos Pela Educação, Instituto Unibanco e Fundação Getulio Vargas - Rio de Janeiro e com base nos suplementos de Educação das PNADs de 2004 e 2006 e na Pesquisa Mensal do Emprego - PME/IBGE, a falta de interesse pela escola é o principal motivo que leva o jovem brasileiro a evadir, cerca de 40% dos jovens de 15 a 17 anos deixam de estudar simplesmente porque acham a escola desinteressante. Ainda segundo a pesquisa a necessidade de trabalhar é apontada como motivo por 27% dos jovens e por último a dificuldade de acesso à escola aparece com 10,9%.

A pesquisa também revela que apesar de diversos estudos demonstrarem o impacto da Educação na qualidade de vida e na renda dos indivíduos, em 2006, 17,8% da população de 15 a 17 anos, que deveriam estar cursando o Ensino Médio, caso não houvesse atraso escolar, estavam fora da escola. Entre os motivos da evasão no período de 2004 e 2006 o desinteresse caiu de 45,12% para 40,29%, embora seja ainda o principal motivo, mas a necessidade de trabalhar aumentou nesse período de 22,75% para 27,09%.

O problema da evasão escolar é grave e atinge cerca de 20% da população de 15 a 17 anos e faz do Brasil o país com o maior índice de evasão no ensino médio dentre Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai e Venezuela: 10%. Ou seja, um em cada dez jovens acabam abandonando a escola nesta etapa, segundo a Síntese de Indicadores Sociais, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).⁷

De acordo com a opinião dos pesquisadores dos “Motivos da Evasão Escolar” o desinteresse dos jovens pela escola está relacionado a falta de demanda por educação, e como mudar esta situação? Garantir o acesso ou criar programas de transferência de renda para assegurar que esse jovem permaneça na escola, não basta, é preciso torná-la mais interessante. E como fazer uma escola mais interessante?

Existem várias repostas levantadas pelos pesquisadores que tentam explicar e propor mudanças para que essa situação mude. Primeiro seria entender as necessidades

⁶ Fonte: <http://www.fgv.br/cps/tpemotivos/>

⁷ Fonte: <http://educacao.uol.com.br/ultnot/2010/09/17/brasil-tem-maior-taxa-de-abandono-escolar-do-mercosul.jhtm>

dos clientes através da concordância e participação dos pais e alunos na implementação de políticas para educação.

Segundo seria fazer com que o jovem entendesse a educação como um investimento necessário, mas para isso ocorra, a qualidade tem que ser melhor proporcionando condições mínimas para que esse jovem frequente e permaneça na escola e é necessário fazer um trabalho para que esse jovem readquira a sua capacidade de sonhar com um futuro.

Por último os gestores, a opinião pública e a mídia precisam estar atentos ao problema da evasão, avaliar na sua própria realidade e desenvolver estratégias específicas para cada um, para que esses jovens concluam a educação básica.

Considerações Finais

Acreditamos que para compreender os comportamentos e resultados de uma instituição de ensino, primeiro devemos entender qual é o seu verdadeiro papel na vida dos jovens. A vida dos jovens não começa na escola, mas é nela que se refletem grandes transformações. Os jovens têm hoje maior acesso à escola, permanecendo nela por mais tempo. Mas este tempo é preenchido por reprovações, abandonos, e, em determinadas circunstâncias, saídas definitivas. (CIAVATTA, M.; RUMMERT, S.M. 2011).

Segundo (Bourdieu, 1998), a escola é um espaço de reprodução de estruturas sociais e de transferências de capitais de uma geração para a outra, é nela que o legado econômico da família transforma-se em Capital Social⁸, e este, está diretamente relacionado ao desempenho dos alunos em sala de aula. Com isso eles tendem a ser julgados pela quantidade e qualidade de conhecimentos que já trazem de casa.

Entendendo a escola como espaço de reprodução cultural, devemos também considerar que o aluno jovem já adquiriu conhecimentos e experiências fora da escola e seu retorno deve permitir que novos elementos sejam acrescentados a sua experiência transformando as condições do passado. O grande problema é que estes jovens são em

⁸ Bourdieu chama de Capital Social as redes de relacionamento e confiança que caracterizam aquelas formas de sociabilidade baseadas no conhecimento e reconhecimentos mútuos, contatos e indicações que demonstram a vinculação a um grupo social com valores, afinidades, costumes, interesses e objetivos compartilhados (Bourdieu, 1998, p. 67).

sua maioria sujeitos que vivem a margem da sociedade, e sua bagagem cultural é muito pequena, tornando-se mais difícil esse incremento da reprodução cultural.

Além da condição sócio-cultural desse sujeito, outros fatores pesam muito na decisão de voltar e permanecer nos estudos. Outro fator a ser considerado é a proposta de integração da educação básica com a profissional para o mundo do trabalho, esta, não deve ser entendida apenas como uma junção no currículo, a escola deve ser um espaço onde os jovens devem adquirir consciência de que são capazes, e de que podem almejar novas oportunidades. O fato de terem tido uma trajetória diferente lhes conferem um conhecimento de vida que não pode ser ignorado pela escola.

Esse ponto de vista impõe um novo desafio à organização e funcionamento das instituições de ensino, em como estas instituições pensam e aplicam suas propostas curriculares, a educação não pode ser pensada como se todos seus alunos fossem apenas um, o mesmo conteúdo, a mesma estrutura, a forma de trabalhar devem ser de acordo com as especificidades dos alunos, o que é muito difícil. (CIAVATTA, M.; RUMMERT, S.M. 2011).

A elaboração de uma proposta curricular não pode ser definida independentemente dos sujeitos envolvidos no processo, a possibilidade de superar a situação de desigualdade, de insucesso e de desistência, “só seria possível se a escola ignorasse a bagagem cultural de seus alunos e partisse do zero, não considerando como dado o que apenas alguns herdaram” (Bourdieu, 1998), o que nos dias de hoje é impossível de se imaginar devido às diferenças sociais e culturais entre as classes, que em grande parte são ignoradas pelo processo escolar, possibilitando aos indivíduos com saberes e competências a chance de serem mais bem-sucedidos, gerando desinteresse e desistência dos sujeitos que não tiveram as mesmas oportunidades.

O PROEJA é uma política pública de muita importância, mas para a consolidação desse programa educacional é necessário que o Poder Público não apenas implemente programas, mas assegure que os mesmos contribuam para o alcance de suas metas.

De acordo com os dados expostos neste estudo, observamos que, de um lado que a EJA tem sido colocada a uma posição de inferioridade, a educação é um direito de todos, mas só agora o governo está se voltando para essa modalidade de ensino, com isso o acesso a esse direito não foi totalmente garantido. De outro lado percebemos que mesmo não tendo esse acesso garantido, muito tem sido feito para mudar essa situação, e

várias iniciativas estão sendo implementadas para tentar resgatar essa dívida social com jovens e adultos.

Mas resgatar essa dívida não significa apenas oferecer vagas, significa oferecer condições apropriadas, pois a “falta de interesse” desses jovens que foi constatada pela pesquisa, surgiu justamente porque primeiro houve um interesse em retornar a estudar, pois os dados levantados nos mostram alunos que já frequentaram a EJA ou a educação profissional. Dessa forma qual o verdadeiro motivo desse desinteresse? Seria a falta de qualificação profissional do docente, que não conseguiu incentivar o aluno? Seria a falta de acesso a novas tecnologias, pois esse jovem retornou a sala de aula para recuperar os anos perdidos de sua educação e para se profissionalizar? Seria a falta de recursos financeiros para garantir as metas propostas pelo PROEJA?

É, portanto, fundamental uma política pública estável para EJA, para que aumente a escolaridade e faça com que seja garantida a esses jovens o direito de concluir e educação básica com uma formação profissional de qualidade. Fazendo com que indicadores educacionais como os apresentados, mudem a realidade desses jovens que convivem cotidianamente com condições de oferta e permanência precárias e que a EJA seja nos próximos anos uma modalidade educacional valorizada socialmente e que a educação seja realmente um direito de todos.

Bibliografia

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em cinco de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em janeiro de 2011.

_____. Decreto nº 5.840 de 13 de julho de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5840.htm#art11>. Acesso em: Janeiro de 2011.

_____. Documento Base. Publicações Proeja. Educação Profissional Técnica de Nível Médio - Documento Base 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf>. Acesso em dezembro de 2010.

_____. Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional. Nº 9.394 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: janeiro de 2011.

_____. Ministério da Educação. Site oficial do MEC. Notícias: Proeja vai ampliar educação de trabalhadores. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5372&catid=204&Itemid=86>. Acesso em: jan. 2010.

_____. Ministério da Educação. Site oficial do MEC. Proeja. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12288&Itemid=567>. Acesso em: jan. 2010.

BOURDIEU, P. Escritos de Educação: In: NOGUEIRA, Maria Alice & CATANI, Afrânio (orgs.). Petrópolis: Vozes, 1998^a.

CIAVATTA, M.; RUMMERT, S.M. As implicações políticas e pedagógicas do currículo na educação de jovens e adultos integrada à formação Profissional. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 111, p. 461-480, abr.-jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n111/v31n111a09.pdf>. Acesso em janeiro de março de 2011.

DI PIERRO, M.C. A Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação: Avaliação, desafios e perspectivas. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, jul.-set. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/15.pdf>>. Acesso em dezembro de 2011.

IBGE.PNAD 2007. Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios. Aspectos Complementares da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional, 2007. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/suplementos/jovens/publicacao_completa.pdf>. Acesso em dezembro de 2010.

SANTOS, Agida Maria Cavalcante dos. O Estado e a Política Pública educacional do Proeja, UNICAMP, 2009. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3016_1347.pdf>. Acesso em janeiro de 2011.

VIEIRA, Maria Clarisse. Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos – Volume I: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil. Universidade de Brasília, Brasília, 2004.